Ciência da Implementação na APS: da Lei Lucas à rotina em primeiros socorros

Autor(res)

Nelma Assunção Gonçalves De Paiva

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Introdução

A Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018) tornou obrigatória a capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Apesar de sua relevância, observa-se um vácuo entre a legislação e a prática: muitas capacitações ocorrem de forma pontual, terceirizada e sem integração às rotinas das equipes de saúde e educação. Essa dinâmica gera dependência de empresas externas, descontinuidade das ações e fragilidade no impacto esperado sobre a segurança escolar.
Na Atenção Primária à Saúde (APS), espaço privilegiado para promoção e prevenção, a temática ainda não está incorporada de forma estruturada às práticas das equipes. Surge, assim, a necessidade de validar um modelo de capacitação sustentável, que possa ser conduzido diretamente pelos profissionais da APS, especialmente pela enfermagem, fortalecendo a autonomia e a continuidade das ações.
A Ciência da Implementação, por meio do Ciclo Knowledge-to-Action (KTA), oferece ferramentas teórico-metodológicas para planejar, testar e sustentar intervenções em cenários reais. Esse trabalho vincula-se a um projeto de mestrado em andamento, cujo propósito é transformar a Lei Lucas em prática rotineira de primeiros socorros nas escolas e na APS, promovendo autonomia profissional, sustentabilidade e fortalecimento da segurança comunitária.

Objetivo

Validar um curso de primeiros socorros fundamentado na Lei Lucas, incorporando-o como prática rotineira da APS e das escolas, garantindo autonomia da enfermagem na operacionalização e promovendo a sustentabilidade das capacitações em saúde e segurança escolar.

Material e Métodos

A proposta adota a Ciência da Implementação como referencial, estruturada no Ciclo Knowledge-to-Action (KTA), também denominado Ciclo do Conhecimento para a Ação". Esse ciclo responde a quatro questões fundamentais:

O quê implementar? – Um curso de primeiros socorros com conteúdos essenciais, como suporte básico de vida, manobras para engasgo, conduta em convulsões e acionamento do SAMU.

Quem deve mudar? – Professores, agentes comunitários de saúde (ACS), enfermeiros e gestores escolares.

Por que mudariam ou não mudariam? – Barreiras como falta de tempo, recursos e motivação; facilitadores como a Lei Lucas, a relevância social e o engajamento comunitário.

Como apoiar a mudança? – Metodologias ativas (simulações, dramatizações), materiais educativos, lembretes nos ambientes escolar e da APS, além da atuação de champions locais (professores e ACS multiplicadores).
A pesquisa terá abordagem aplicada, com coleta de dados quantitativos (pré e pós-teste de conhecimento) e qualitativos (entrevistas e grupos focais para identificar barreiras e facilitadores).

Resultados e Discussão

São esperados resultados como:

Ampliação do conhecimento e da confiança dos participantes para atuar em situações de emergência.

Aplicação prática dos conteúdos em simulações e maior preparo diante de eventos reais.

Redução de agravos evitáveis em ambientes escolares por meio de intervenções rápidas e eficazes.

Inclusão sistemática da capacitação no calendário escolar e na agenda da APS.

Autonomia da enfermagem para operacionalizar a formação, eliminando a dependência de empresas terceirizadas.
A discussão aponta que a Ciência da Implementação possibilita transformar políticas públicas em práticas sustentáveis. Ao estruturar a intervenção em ciclos de avaliação e adaptação, aumenta-se a chance de adesão, continuidade e impacto real. No caso da Lei Lucas, trata-se de potencializar sua efetividade, consolidando a APS como protagonista na educação em saúde intersetorial.

Conclusão

A validação do curso permitirá que a enfermagem tenha autonomia para conduzi-lo e replicá-lo, incorporando-o às rotinas da APS e das escolas. Assim, a Lei Lucas deixa de ser apenas uma exigência legal para se tornar uma prática sustentável, promovendo segurança escolar e comunitária. A Ciência da Implementação é o caminho para reduzir o hiato entre legislação e prática e fortalecer a APS como espaço de promoção da vida.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados. Diário Oficial da União, 2018.
GRAHAM, I. D. et al. Lost in knowledge translation: Time for a map? Journal of Continuing Education in the Health Professions, v. 26, n. 1, p. 13–24, 2006.
PÜSCHEL, V. A. A. et al. Práticas avançadas de enfermagem no Brasil: contribuições para a implementação. Rev. Bras. Enferm., v. 75, n. 1, 2022.